



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1776 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

A Formação dos Sujeitos de Coletivos e Movimentos Sociais, na Universidade: Dimensão, Limites e Possibilidades
Denise Alves de Souza Ferreira - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

O objeto desta pesquisa em construção com abordagem qualitativa, envolve o processo de desenvolvimento dos sujeitos de coletivos e movimentos sociais nas Universidades, levando em consideração as políticas públicas no âmbito atual do ensino superior no Brasil. O interesse da investigação foi despertado no enfrentamento cotidiano da questão social, materializada nos direitos do cidadão e na coesão societária. O estudo está sendo formulado numa perspectiva das ações afirmativas adotadas no país e dos elos entre a emancipação cultural, que a Universidade pode proporcionar, e os reflexos nos movimentos sociais, em seus avanços e dilemas. No entendimento dessa pesquisa os movimentos constroem propostas sobre a realidade social com as quais a Universidade pode contribuir, favorecendo a compreensão e os estudos sobre as ações coletivas, que constituem parte da resistência à exclusão de classes menos favorecidas. Para tal, destaca-se o trabalho de Gohn (2008), basilar no embasamento desta investigação. Pode-se considerar a Universidade um espaço democrático de direito, que articula a formação e o conhecimento.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais, Universidade e políticas afirmativas, Formação de sujeitos.

A Educação, como direito fundamental, está prevista no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Para que os indivíduos (sujeitos) tenham acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade, é fundamental o acesso aos meios científicos, desenvolver sua formação e o autoconhecimento. O objetivo geral desta pesquisa é identificar como se dá a formação de sujeitos de coletivos e movimentos sociais no âmbito da Universidade. Desde logo é preciso demarcar o entendimento de que o movimento social, encarados como as ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Segundo (Gohn, 2008) os movimentos sociais indicam o lugar onde os conflitos tendem a se manifestar marcando os espaços onde os seres humanos são capazes de construir sua história.

Os questionamentos desta investigação lançam luzes sobre a Universidade, como detentora de conhecimento, no sentido de analisar até que instância os meios acadêmicos permitem o aprofundamento nas questões sociais, potencializando a participação dos sujeitos e a construção de outros sujeitos. Na análise do cotidiano no interior da Universidade deve ser considerada a importância dos movimentos e das políticas sociais, uma vez que na medida em que a sociedade se complexifica, a esfera dos meios acadêmicos junto às bases societárias pode trazer significativas contribuições. Muitos egressos dos cursos superiores buscam transpor as barreiras de sua formação no ensino superior e fazer a leitura do espaço dos movimentos sociais por meio do reconhecimento dos trabalhos de base que ocorrem na contemporaneidade. É nesse chão de claras contradições tensionadas em âmbito mundial, que este estudo busca entender dimensões, limites e possibilidades.

Partindo do pressuposto que o conhecimento é essencialmente ativo, muitos sujeitos, os discentes e docentes das universidades, atuam em coletivos e movimentos sociais. Entre esses estão os que ingressaram nas Universidades por conta do Prouni, Fies, Cotas ou Bolsas das próprias instituições para obter uma formação profissional ou retomar os estudos, com a expectativa de melhor qualificação, buscando o futuro e à sua atuação no seio social.

Para tal análise, buscamos aprofundar o conhecimento desse espaço contraditório de formação de sujeitos junto à

Universidade. Nessa trajetória, emergiram os conhecimentos empíricos e teóricos para analisar o significado dos movimentos sociais no interior do sistema produtivo capitalista, com os consequentes desafios da era globalizada, que eclodiu na década de 90 e toda a carga das políticas neoliberais. O dimensionamento da formação dos atores, os desafios e possibilidades no interior da Universidade, representam uma construção coletiva na concepção de direitos e desafios, sobremaneira complexa num país como o Brasil, de democracia débil, valores conservadores e um povo acostumado desde a colonização a aceitar os rumos coletivos que as elites determinam.

Tomando esses eixos de análise, não se pretende um entendimento da temática aqui evidenciada de forma isolada ou fragmentada. Muito pelo contrário, a essência da questão só pode ser aprendida na relação e na busca dos nexos imbricados com evolução histórica e conceitual dos movimentos sociais brasileiros nas décadas passadas. Esta leitura da realidade deve deixar claro que não há encaminhamento único para materializar a realidade concreta do movimento histórico, onde as políticas sociais são desenhadas a serviço do grande capital.

Os alunos consideram a Universidade, até certo ponto, um espaço de reflexão crítica, onde é permitido que expusessem seus conflitos, ideias e direitos. Entretanto é um espaço contraditório tanto para os alunos como para os docentes, submetidos em grande parte à lógica empresarial, que visa em última análise a garantia de lucros. Portanto, natural disso é que os envolvidos no processo sofram intervenções pontuais para que se consiga impor limites ao alargamento das possibilidades de sua formação como cidadão, que se prepara para atuar nas questões sociais, em uma perspectiva de intervenções no âmbito da luta dos movimentos com respostas criativas.

Historicamente, os movimentos sociais representam a chave para que o diálogo entre diferentes setores da sociedade possa ser desenvolvido. Isso significa dizer que múltiplas realidades perdem efeito se não houver a interferência dos aludidos movimentos. Assim, perceber a natureza no âmbito da práxis social, de forma mais fiel possível à realidade, os limites e possibilidades para construir estratégias de reflexão e atuação dentro dos movimentos são as condições para que os universitários ampliem e atuem sobre sua realidade e as alternativas históricas — individuais e coletivas — no enfrentamento das questões. Somente dessa forma é possível perceber que por mais árduo que seja o terreno histórico existem sempre alternativas em que a Universidade pode favorecer e abrir caminhos. É a partir dessas que o sujeito se torna o iniciador da transformação societária. Neste sentido Anhaia (2014: p. 24) *et. al.*, entende que as distorções sociais quando dizem respeito à raça negra são infundáveis. A Educação, termômetro de um país desenvolvido, deve corrigir toda e qualquer forma de discriminação social, racial, educacional etc.

Gohn (2011, p. 336) entende que os movimentos sociais funcionam como um produtor de conhecimento e inovação, uma vez que não se pode ignorar a sua presença e forte penetração social. Isso significa dizer que esses movimentos são vitais para a sociedade, pois é assim que conseguimos traduzir e vivenciar o conceito de Democracia. Silenciar o todo ou a parte desses movimentos é o mesmo que inaugurar uma era de terror e catástrofe. É de todo interessante entender que eles atuam como em uma rede de informações.

Para entender a inserção sujeitos oriundos das classes populares ligados aos movimentos sociais na universidade e como os programas de inclusão representam uma forma de corrigir distorções históricas e culturais, Silva e Lage (2018, p. 3) entendem que é interessante a existência de ações promovidas pelo estado para ampliar a oferta de oportunidades, porquanto tendem a melhorar a vida dos sujeitos e de sua ação. A função do Estado é garantir a felicidade dos sujeitos, sejam homens, sejam mulheres. As cotas raciais, por exemplo, além de minimizar a questões da raça, colocam em pauta a necessidade do direito à Educação. Esse direito, como se sabe, é previsto na Constituição Federal de 1988. Além do mais, assim entendemos, é inalienável. A partir do instante em que se ignoram premissas constitucionais básicas, fere-se a Constituição Federal. No bojo dos movimentos sociais é amplamente discutida a objeção às cotas, uma vez que essas, segundo alguns setores da sociedade sacrificariam o mérito e iriam levar à má formação de egressos de escolas, o que comprometeria a universidade acirrando o racismo. Nesse sentido, os argumentos da oposição às cotas em contraste ao discurso daqueles que lutavam para introduzi-las no sistema universitário brasileiro, o significado dessas políticas no plano nacional considerando todas as modalidades de ações afirmativas adotadas no país, tem claros reflexões nos elos entre a emancipação cultural que a Universidade pode proporcionar e os reflexos nos movimentos sociais com seus avanços e dilemas preocupação com o seu povo é mínima.

Nesse sentido, é lógico defender as cotas raciais, os Fies, o Prouni entre outros programas, sem os quais seria a continuidade da exclusão social. O governo federal de 2003 a 2015, por exemplo, entendeu a políticas de inclusão. Além do mais, permitiu que debates acerca dessa natureza desses problemas fossem recepcionados pelas universidades. É por isso que os movimentos sociais estão cada vez mais presentes nos meios universitários na atualidade.

Gohn (2006), tal como foi promulgada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, entende que os movimentos sociais integram o processo educacional. Consequentemente, é relevante buscar as formas integração entre os movimentos sociais e a universidade e de vital importância construir pontes para que o diálogo seja travado de modo proveitoso e libertador. Isso permitirá criar nichos de democracia e, nesse sentido, promover os movimentos sociais dentro das universidades, envolvendo estudantes e egressos enquanto coautores e não receptores, aptos a acender aos espaços de apreensão das lutas cotidianas para além do plano individual, prontos a disponibilizar conhecimentos que favoreçam a autocrítica, a realização de planejamento e a execução das tarefas aos quais os movimentos sociais se destinam, dentro da práxis social potencialmente emancipatória. A atuação da Universidade no contexto societário pressupõe um processo de reflexão, que ultrapasse a prática espontaneísta e busque o entendimento da amplitude dos movimentos sociais organizados na construção de um Brasil melhor, mais justo, que distribuía suas riquezas de forma mais igualitária.

Logo, não é absurdo supor a integração entre os movimentos sociais e a universidade. Sendo assim, é de vital importância construir pontes para que o diálogo seja travado de modo proveitoso e libertador. Isso permitirá criar nichos

de democracia e, nesse sentido, promover os movimentos sociais dentro das universidades.

Referências Bibliográficas:

Revista dos Estudantes de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 1, n° 1, Jan./Jun. 2015, p. 21-38. Disponível <https://www.seer.furg.br/> Acesso em 24/fev/2018.

GOHNN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Disponível www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf acesso em 01/mar/2018.

ARAUJO, Joselaine, LUVIZOTTO, Carolina Kraus. Educação não formal: A importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade. disponível <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/818/839> acesso em 03/mar/2018.

SILVA, Ivanuze Gomes. DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR – O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Disponível http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/DIR/DIR_Ivanuze_Silva.pdf acesso 02/mar/2018.